



EDITAL

Eng.º Luís Simão Duarte de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Mora, **torna público**, em cumprimento do disposto no **n.º 1 do artigo 56.º** da **Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro**, que na sua **reunião ordinária de 01 de Junho de 2016**, foram, pela **Câmara Municipal de Mora** ou pelos **Titulares** do respectivo **Órgão**, tomadas as seguintes **deliberações** e **decisões**:

Deliberações:

Câmara Municipal:

PROJECTOS DE ESPECIALIDADES: - A **Câmara Municipal** com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, **deliberou por unanimidade** deferir o pedido de isenção de apresentação de projeto de gás e considerar que o projecto de estabilidade apresentado cumpre o disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido, solicitado por **Herdeiros de Lourenço Nunes Vinagre**, para alteração de cobertura em arrecadação - legalização, processo n.º 24/2015, sita no Vale da Bica - Monte do Picapau, em Mora.

EMISSÃO DE CERTIDÕES: Presentes os seguintes pedidos de emissão de certidões em nome de:

- **Maria da Conceição Chastre Guerreiro**, solicitando, nos termos do art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com as alterações introduzidas pelas Leis 64/2003 de 23 de agosto e 10/2008 de 20/02, a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar relativamente ao prédio denominado "**Herdade da Caldeira e Barrambana**", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1209 da Freguesia de Mora, inscrito na matriz predial rústica sob o **artigo 1, Secção J** da mesma freguesia e parte urbana com os artigos 1253 e 942, com a área total de 516,375 ha.

Com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e do **Consultor Jurídico** a **Câmara Municipal** **deliberou por unanimidade** não ver qualquer inconveniente na constituição da refe-

rida **compropriedade**, devendo a requerente **cumprir** com os referidos pareceres.

- **Maria da Conceição Chastre Guerreiro**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1253** da freguesia de Mora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1209 da mesma freguesia, com a área de implantação e construção de 381,00 m2, localizado no prédio denominado **Herdade da Caldeira e Barrambana**, inscrito na matriz sob o artigo **1, Secção J** da referida freguesia.

A **Câmara Municipal** **deliberou por unanimidade** emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

PROJECTO DE ARQUITECTURA: A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o seguinte **projecto de arquitectura** devendo o requerente **cumprir** com o constante no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, em nome de:

- **Luís Manuel Santos de Oliveira**, para construção de moradia sita no Loteamento Municipal de Mora, Qt.ª. das Sesmarias, Lote 6. Mais concedeu o prazo de seis meses para apresentação os projectos de especialidades.

VII FESTIVAL "MUSICA NO RIO OS OUTROS SONS DO FLUVIÁRIO" - CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E SERVIÇOS: A **Câmara Municipal** **deliberou por unanimidade**, **anular o Procedimento Tipo Ajuste Direto referente ao VII Festival "Musica no Rio os Outros Sons do Fluviário" - Contratação de Artistas e Serviços**, cuja deliberação foi tomada no



passado dia 4 de Maio. Mais deliberou por unanimidade **abrir** nos termos do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redacção, **Procedimento tipo Ajuste Directo Para Contratação dos Artistas e Serviços acima mencionados**, para atuarem no **VII Festival Música no Rio os Outros Sons do Fluviário**.

Deliberou ainda por unanimidade que o prazo para apresentação de propostas seja de 8 dias. Mais foi deliberado por unanimidade que a única empresa a consultar seja a "**ALG Eventos Lda**". Deliberado ainda por unanimidade **aprovar** o respectivo, **caderno de encargos e convite**.

A fundamentação do previsto na alínea e) do nº. 1 do artigo 24 do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei número 278/2009, de dois de Outubro, deve-se à exclusividade da supracitada empresa.

EXPOMORA 2016 - CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E SERVIÇOS: A Câmara Municipal deliberou por maioria com um voto contra do **Senhor Vereador João Filipe Chaveiro Libório**, **abrir** nos termos do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, **Procedimento tipo Ajuste Directo** para a **contratação dos seguintes artistas e serviços para a EXPOMORA 2016**, dando assim cumprimento ao previsto nas suas **Opções do Plano**.

Artistas:

- Dia 09 de setembro - **José Cid**;
- Dia 10 de setembro - **Miguel Ângelo + Miguel Gameiro**;

- Dia 11 de setembro - **D.A.M.A**;

Serviços para os 3 dias:

- **Palco principal:** Palco coberto orbital com 15x15x9x1,80m, 2 Abas laterais de 5x4m, régie coberta orbital de 5x4m, estrutura para suspensão de PA.
- **Palco secundário:** Palco coberto orbital com 7,5x7,5x7x1,80m, 2 Abas laterais de 2,5x2,5m, régie coberta orbital de 5x4m, estrutura para PA. Sistema de som e luz para os espectáculos, de

acordo com o espaço e os riders técnicos dos Grupos Locais e Festival de Folclore.

- 10 Estrados reguláveis para instrumentos.
- Som, luz e todo o material requisitado pelos artistas para os 2 palcos durante os 3 dias.
- Caterings, refeições e estadias de artistas e técnicos.
- Técnicos de montagem, operação e desmontagem, transporte de equipamentos e equipas técnicas.
- Sistema de Leds para o concerto dos D:A.M.A e equipamento de vídeo para o concerto de Miguel Ângelo + Miguel Gameiro.

Mais **deliberou por maioria com um voto contra** do **Senhor Vereador João Filipe Chaveiro Libório** que o júri do referido concurso tenha a seguinte composição: **Senhores, vereadora, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras e António Luís Fernandes Carlos**, sendo **Presidente** do mesmo a **Senhora vereadora, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**, como **membros efectivos** e como **membros suplentes** os **Senhores Presidente Luís Simão Duarte de Matos e Dr. José Manuel Ribeiro Pinto**.

Deliberou ainda por maioria com um voto contra do **Senhor Vereador João Filipe Chaveiro Libório** que o prazo para apresentação de propostas seja de 15 dias, bem como aprovar o respetivo **Caderno de Encargos e Programa de Concurso**.

Pelo **Senhor Vereador do Partido Socialista, João Filipe Chaveiro Libório**, foi dito que votava contra, não sendo contra os festejos **EXPOMORA 2015**, mas sim por considerar excessivo o seu valor nos tempos de crise que decorrem.

Pelo **Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos**, foi referido que não considera que os valores sejam excessivos e que, na sua opinião, se trata de um investimento e não de uma despesa, pois, só com bons espectáculos é possível atrair milhares de pessoas ao concelho



que encham a Expomora, os restaurantes e residenciais.--- Trata-se pois de criar uma dinâmica positiva no Concelho. Além disso, mesmo em tempo de crise, os nossos munícipes merecem que lhes sejam oferecidos bons espectáculos uma vez que a situação financeira da Câmara Municipal permite que tal aconteça.

DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE: Presentes os seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**:

- **Em que determinou**, a emissão de nova certidão relativa à deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 4 de Maio de 2016, e respeitante ao prédio denominado "Castelhana", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1790 da Freguesia de Mora, inscrito na matriz predial rústica sob o **artigo 3, Secção B1** da mesma freguesia e parte urbana com o artigo 1219, com a área total de 337,5 ha., com a alteração da palavra "**doação**" para "**transação**", de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** emitido na sequência do requerimento nº. 4901, de 23 de Maio de 2016, em nome de **Maria do Carmo Henriques da Silva**.

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho dado pelo **Senhor Presidente**.

- **Em que determinou**, a emissão de nova certidão relativa à deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 4 de Maio de 2016, e respeitante ao prédio denominado "**Herdade da Raposeira**", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 181 da Freguesia de Mora, inscrito na matriz predial rústica sob o **artigo 5, Secção L** da mesma freguesia, com a área total de 52,125 há, com a alteração da palavra "**doação**" para "**transação**", de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**

emitido na sequência do requerimento nº. 4902, de 23 de Maio de 2016, em nome de **Maria da Imaculada Garcia Henriques da Silva**.

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho dado pelo **Senhor Presidente**.

- **Em que determinou** ao abrigo da alínea i) do nº. 2, do artigo 134º. conjugado com o nº. 3 do artigo 134º. da Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, que são justificadas as faltas de acompanhamento a familiar quando este tem alta de internamento hospitalar, desde que devidamente justificada pelo Estabelecimento Hospitalar.

Mais determinou ao abrigo da mesma legislação, que não são justificadas as faltas para visitas a familiares internados.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

Em que determinou o seguinte:

Dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, torna-se necessário recorrer à contratualização de serviços externos especializados para a prestação dos serviços de restauração e cafetaria do Fluvial de Mora, de forma a capacitar a equipa municipal que ficará encarregue da dinamização do espaço.

Neste contexto, de acordo com o estatuído nos n.os 5, 6 e 10 do art.º 55.º do Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a celebração deste tipo de contratos carece de parecer prévio favorável do Presidente da Câmara que verifica o cumprimento dos pressupostos previstos no n.º 6 do mesmo normativo. Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. Este procedimento terá por finalidade a con-



tratação de 1 pessoa para a prestação do serviço referido, pelo período de 7 meses.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

- **Em que determinou** o seguinte:

Dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, no período de licença de maternidade da funcionária **Maria Isabel Pereira Garcia**, torna-se necessário recorrer à contratualização de serviços externos especializados para a prestação dos serviços no **Gabinete de Ação Social**, de forma a capacitar a equipa municipal que ficará encarregue da dinamização do espaço. Neste contexto, de acordo com o estatuído nos n.os 5, 6 e 10 do art.º 55.º do Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a celebração deste tipo de contratos carece de parecer prévio favorável do Presidente da Câmara que verifica o cumprimento dos pressupostos previstos no n.º 6 do mesmo normativo. Com efeito,

tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. Este procedimento terá por finalidade a contratação de 1 pessoa para a prestação do serviço referido, pelo período de 3 meses.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 2 / ESTATUTOS: A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade, aderir à Associação Estrada Nacional 2, assim como a aprovar a Proposta de Estatutos - Exposição e Motivos, considerando o interesse deste projecto para a projeção do Concelho e consequentemente da economia local.

PARA CONHECIMENTO GERAL SE PUBLICA O PRESENTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS

Mora, 06 de Junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Mora

Eng.º. Luís Simão Duarte de Matos